

Quantas falas cabem numa mesma língua? Língua portuguesa x língua brasileira a partir de *São Bernardo*, de Graciliano Ramos

Carlos Mauricio da Cruz
UERJ

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo questionar a (in)exatidão do termo “brasileiro” – em oposição a “português” – para designar a língua buscada por Graciliano Ramos na narrativa de seu romance intitulado *São Bernardo*, como atesta uma carta do escritor a sua esposa, em 1932. A preocupação em torno da construção de uma língua nacional em contraste com aquela herdada pelos colonizadores portugueses, em termos literários, vem desde o Romantismo do século dezenove e ganha novo impulso com os modernistas, grupo de que faz parte Graciliano Ramos. À luz dos conhecimentos de sociolinguística, política da língua, variação linguística e temas afins, discutir-se-á a possibilidade de se reconhecer a unidade lusófona entre Brasil e Portugal, tendo como mote a referida correspondência do autor de *São Bernardo*.

Palavras-chave: unidade lusófona, variação linguística, Graciliano Ramos.

Abstract: *This work aims to question the (in)accuracy of the term "Brazilian" - as opposed to "Portuguese" - to designate the language sought by Graciliano Ramos in the narrative of his novel, titled **São Bernardo**, as evidenced in a letter from the writer to his wife in 1932. The construction of a national language in contrast with that inherited by the Portuguese colonizers, in literary terms, comes from the Romanticism in the nineteenth century and gained new strength with the Modernist group that Graciliano Ramos took part of, one century later. In the light of the knowledge of sociolinguistics, language policy, language variation and related topics, the possibility of recognizing the Lusophone unity between Brazil and Portugal will be discussed, having as theme the correspondence of the author of **São Bernardo**.*

Keywords: *Lusophone unit, linguistic variation, Graciliano Ramos.*

1 A LÍNGUA FORJADA POR GRACILIANO RAMOS PARA ESCREVER *SÃO BERNARDO*

Em primeiro de novembro de 1932, Graciliano Ramos escreveu, de Palmeira dos Índios, Alagoas, carta para Heloísa de Medeiros Ramos, sua esposa, tratando, dentre outros assuntos, da conclusão de seu livro *São Bernardo*.

As cartas de Graciliano Ramos pertencem basicamente à esfera de sua relação familiar, ou de amizade, portanto da esfera privada. No entanto, podem constituir documento acessório para decifrar certos pormenores do processo de elaboração de sua obra literária. A feitura de *São Bernardo* está particularmente contemplada nessa correspondência.

Cumprе ressaltar que, há cerca de vinte anos, em 1980, foi publicada uma coletânea epistolar intitulada *Cartas, Graciliano Ramos*, conjunto de cento e doze cartas, de um total estimado de cerca de trezentas. Para o estudioso de literatura, essa correspondência permite o acesso ao canteiro de obras do trabalho do escritor, cuja qualidade de acabamento os leitores reconhecem e já vêm analisando há mais de seis décadas. A leitura dessas cartas confirma, com testemunho autoral, o cuidado e a autocrítica como atitude permanente. É possível apreender dessa produção epistolar um pouquinho da maneira de fazer particular do escritor, sempre muito reservado, e até avaro de indicações a esse respeito.

A tarefa de escrita de *São Bernardo* vem narrada com grande riqueza de pistas de compreensão para o futuro leitor, em dezesseis das cartas a sua mulher, Heloísa de Medeiros Ramos, entre 20 de agosto e 5 de novembro de 1932.

A primeira mulher de Graciliano Ramos, Maria Augusta Barros, morreu em 1920, deixando-o com quatro filhos menores. Em 1928, Graciliano casou-se pela segunda vez, em Maceió, com Heloísa Medeiros. No ano seguinte, concluiu o romance *Caetés*. Em 1930 renunciou ao cargo de prefeito e foi nomeado Diretor da Imprensa Oficial de Alagoas. Em 1932, demitiu-se do cargo, e retornou a Palmeira dos Índios. Nesse ano, é fundada uma escola na sacristia da Igreja Matriz; aí Graciliano escreveu os primeiros capítulos de *São Bernardo*.

Segue a carta de Graciliano para sua mulher Heloísa, que o escritor carinhosamente chamava de Ló. A carta integra o livro *Cartas, Graciliano Ramos*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 134-135.

Carta a Heloísa de Medeiros Ramos

O São Bernardo está pronto

Ló: Vi agora um envelope para você nas mãos do Múcio e lembrei-me de lhe mandar um bilhete. Recebi sua carta de 28, cheia de coisas doces, que

agradeço. Apresente ao amigo Tatá os meus sentimentos por causa dos quatro bolos que levou. Isto por aqui continua na mesma estopada, com muita poeira e muito calor. Para quebrar a monotonia, a velha Iaiá enterrou-se ontem. Morreu anteontem, de ruindade. Os parentes já estão fazendo questão para voar nos troços que ela deixou. D. Heloísa recebeu carta sua. Disse-me o Chico que você pede à mulher dele para me fiscalizar. Não é possível, que ela não vive comigo. Clélia e Múcio continuam carcamanizados, um no francês, outro no italiano. Júnio também. Apareceu um periquito número 3. Esse meu filho tem um gosto esquisito para os periquitos. Por que será? O S. Bernardo está pronto, mas foi escrito quase todo em português, como você viu. Agora está sendo traduzido para o brasileiro, um brasileiro encencado, muito diferente desse que aparece nos livros da gente da cidade, um brasileiro de matuto, com uma quantidade enorme de expressões inéditas, belezas que eu mesmo nem suspeitava que existissem. Além do que eu conhecia, andei a procurar muitas locuções que vou passando para o papel. O velho Sebastião, Otávio, Chico e José Leite me servem de dicionários. O resultado é que a coisa tem períodos absolutamente incompreensíveis para a gente letrada do asfalto e dos cafés. Sendo publicada, servirá muito para a formação, ou antes para a fixação, da língua nacional. Quem sabe se daqui a trezentos anos eu não serei um clássico? Os idiotas que estudaram gramática lerão S. Bernardo cochilando, e procurarão nos monólogos do seu Paulo Honório exemplos de boa linguagem. Está aí uma página cheia de S. Bernardo, Ló. É uma desgraça, não é? Tanta letra e tanto tempo para encher linguiça! Mas isso prova que a minha atenção está virada para os meus bonecos e que não tenho vagar para pensar nas fêmeas do Pernambuco Novo. E adeus por hoje. Beijos em Lulu e em Tatá. Graciliano. 1º de novembro de 1932. (P. dos Índios).

A estratégia de Graciliano para verter seu texto para o “brasileiro” fica clara na mensagem enviada à esposa: substituir palavras, expressões e locuções típicas do português considerado letrado e urbano por outras tantas próprias da língua utilizada pelo matuto, pelo sujeito sem educação formal e que vive bem distante dos cafés da cidade. E é a essa língua do matuto que ele dá o nome de “brasileiro”. Tal estratégia consiste, portanto, no jogo lexical de substituir termos próprios de um determinado espaço geográfico, social e cultural por aqueles típicos de outro.

O realismo crítico de Graciliano Ramos passa pelo registro da modalidade oral sertaneja. Na tentativa de ficcionalização da oralidade, está em *São Bernardo*, romance de 1934, um tipo de discurso rústico, pelo qual o narrador utiliza a linguagem de extração rural:

Se não tivesse ferido o João Fagundes, se tivesse casado com Germana, possuiria meia dúzia de cavalos, um pequeno cercado de capim, encerados, cangalhas, seria um bom almocreve. (...) E, nas manhãs de inverno, tangendo os cargueiros, dando estalos com o buranhém, de alpercatas, chapéu de ouricuri, alguns níqueis na capanga, beberia um gole de cachaça para espantar o frio e cantaria por estes caminhos, alegre como um desgraçado. (p. 187)

A língua literária brasileira e o projeto de construção da língua nacional

A questão da língua literária nacional está em pauta desde o Romantismo, pela discussão sobre a necessidade de ruptura com a “língua de Camões” e a construção de uma língua brasileira. Exemplo disso está na polêmica Alencar_Nabuco e no grande número de ensaios e artigos produzidos por escritores e intelectuais de diferentes orientações ideológicas. O problema da língua é uma face do projeto nacional e de formação de uma nacionalidade brasileira; língua e nação formam uma unidade essencial para o autorreconhecimento de um povo.

Essa discussão encontra seu ápice na década de 1920, quando o clima de euforia pelo início do processo de industrialização do país, principalmente em São Paulo, favorecia a recepção da ideia de uma língua nacional que cortasse de vez o vínculo com a colonização. Essa a ideia que ancorou o projeto estético do Modernismo.

Em 1922, Mário de Andrade escreveu o *Prefácio Interessantíssimo*, publicado como introdução aos poemas de *Pauliceia Desvairada* e considerado o primeiro texto teórico escrito no Brasil sobre a natureza dos procedimentos técnicos da arte contemporânea. Tem, portanto, a importância de um manifesto pioneiro do Modernismo, em que Andrade (1990, p. 128) afirma: “Pronomes? Escrevo brasileiro. Si uso ortografia portuguesa é porque, não alterando o resultado, dá-me uma ortografia”.

Nesses termos, de proposta de uma língua nacional feita pelos modernistas, Graciliano Ramos adota uma linguagem apurada, sintaticamente ajustada ao padrão formal, ao mesmo tempo em que valoriza um vocabulário brasileiro e insere regionalismos e ritmo próprios da região Nordeste. Dessa forma, essa matéria local recobre a estrutura sintática portuguesa, o que resulta na indiscutível adequação léxico-estrutural de sua linguagem.

A escrita ficcional de Graciliano Ramos é elaborada a partir da noção que o escritor tem de estar lidando com uma língua específica, que só se pôde formar graças ao choque entre a língua culta e a forma de expressão inculta, que a vulgarizou, ou seja, transformou-a em produção cultural típica de certo grupo social determinado geograficamente.

A intenção confessa de Graciliano, na carta escrita à esposa, era a de dar contribuição à fixação da língua literária nacional – “nacional”, aqui, entendido no sentido de sua estreita relação com o popular, relação essa que os torna inseparáveis, o nacional-popular.

2 PORTUGUÊS OU BRASILEIRO? UMA QUESTÃO DE POLÍTICA LINGUÍSTICA

O questionamento feito por Graciliano Ramos, entre outros literatos, ao nomear o idioma pátrio, já foi objeto de discussão constitucional. Para além das preocupações literárias, sem diminuir-lhes a importância, mas em caráter oficial e para cumprir o artigo 35 das disposições transitórias da Constituição de 18 de setembro de 1946, o governo nomeou uma comissão para opinar sobre como designar o idioma nacional.

Data de 1946, portanto, o relatório do Professor Sousa da Silveira a respeito da denominação do idioma nacional do Brasil. Na época, foi constituída uma comissão de quinze integrantes, composta de professores, escritores e jornalistas, sob a presidência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que concluiu ser o idioma do Brasil a língua portuguesa.

Silveira (1960), relator da referida comissão, contando com a aprovação unânime de seus companheiros de trabalho, entre muitos argumentos, salienta que são as palavras gramaticais ou estruturais as mais importantes para caracterizar a língua do que as lexicográficas. Ele afirma em seu relatório (p. 293):

As palavras brasileiras são iguais às portuguesas na sua composição fonética, apenas diferindo na pronúncia; os nomes de números são os mesmos em Portugal e no Brasil, as conjugações são as mesmas, num e noutro país; as mesmas são também as palavras gramaticais: os pronomes (pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos, indefinidos), os artigos, os advérbios (de tempo, modo, quantidade, lugar, afirmação, negação), as preposições e as conjunções. Em geral é o mesmo o gênero gramatical, cá e lá; são as mesmas as regras de formação do plural, o mesmo o sistema de grau de substantivos e adjetivos; os mesmos os preceitos de concordância nominal e verbal; quase na totalidade dos casos é a mesma regência dos complementos dos nomes e dos verbos; o mesmo o emprego dos modos e tempos, e a mesma a estrutura geral do período quanto à sucessão das orações e à ligação de umas com outras.

Também o emérito professor Gladstone Chaves de Melo, em sua obra *A língua do Brasil*, usa o mesmo argumento para idêntico fim. O autor afirma que, constantemente, e de forma ingênua, descobre-se que em Portugal são usados nomes diferentes dos daqui do Rio ou

de São Paulo para significar determinadas coisas ou objetos. Da descoberta, passa-se à apressada e simplória teoria de que, se há palavras diferentes para designar a mesma coisa, trata-se de línguas diferentes. O equívoco de tal teoria está em esquecer que em qualquer língua existem duas classes bastante distintas de palavras: lexicográficas e gramaticais. As primeiras expressam ideias – substantivos, adjetivos, verbos, por exemplo – e as segundas exprimem as relações entre as ideias, o sistema, a gramática da língua – artigos, pronomes, conectivos, por exemplo. Para concluir seu pensamento, Melo (1981, p. 23) acrescenta que

As palavras gramaticais ou estruturais caracterizam a língua, ao passo que as lexicográficas a compõem ou a enriquecem. Em termos filosóficos: as estruturais dizem diretamente à forma da língua e as lexicográficas constituem-lhe a matéria. E como os seres se identificam e se definem pela sua forma...

O posicionamento do governo brasileiro, em 1946, foi decisivo para, pelo menos em termos oficiais, pôr fim à polêmica em torno do nome dado ao idioma nacional, deixando claro que, em termos de política linguística, as posições governamentais são decisivas.

Isso não quer dizer, entretanto, que, nos dias atuais, haja consenso em torno da questão levantada. Ainda que minoritários, alguns intelectuais continuam a defender a denominação “brasileiro” ou “língua brasileira” para designar a língua falada no Brasil.

3 UNIDADE E VARIEDADE LINGUÍSTICA

As línguas são produtos humanos, por conseguinte, participam da variedade e da instabilidade do homem e das sociedades. Desde que uma língua começa a ser falada, entra a sofrer influências de um enorme número de agentes diversificadores. Mas há também forças unificadoras. Há, sobretudo, um elemento de coesão que mantém estreitamente ligados os diversos aspectos da língua. Este elemento é o gênio da língua, o espírito da língua, a sua forma. De modo que uma língua se enquadra na conceituação genérica de variedade na unidade. Se esmiuçarmos ao extremo a análise das diferenciações linguísticas, vamos encontrar línguas individuais. Não existem dois homens que executem do mesmo modo uma língua. A execução individual da língua é o que Saussure (1981) denominou discurso (*parole*), e a língua (*langue*) representa, por assim dizer, a soma dos discursos de todos os indivíduos de um mesmo grupo linguístico, “é o produto social da faculdade da linguagem”, ao mesmo tempo que “o conjunto de

convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir aos indivíduos o exercício dessa faculdade”, na definição do mesmo Saussure (1981, p. 17).

Língua absolutamente una é abstração. A combinação dos elementos diversificadores é vária de lugar para lugar e a ação deles exige algum tempo para produzir efeito. Daí decorre que essas feições linguísticas de formação espontânea supõem o espaço e o tempo, as duas coordenadas humanas fundamentais. Tais aspectos linguísticos se chamam dialetos, que se podem definir modos regionais, além de tantos outros, de falar próprios e particulares de uma língua elaborados ao longo do tempo e que se caracterizam pela espontaneidade de sua formação.

Tal forma de conceber dialeto é a mesma adotada por Halliday, que afirma haver, nas línguas, as variedades de acordo com os usuários e com os usos. As variedades no sentido de cada falante usar uma variedade e empregá-la todo tempo chamam-se dialetos. Em contrapartida, as variedades de acordo com o uso que se escolhe fazer em diferentes circunstâncias são denominadas registros. Halliday (1974, p. 111) acrescenta que “Um dialeto é uma variedade de uma língua diferenciado de acordo com o usuário: grupos diferentes de pessoas no interior da comunidade linguística falam diferentes dialetos”.

Gladstone Chaves de Melo ainda recorre ao conceito de língua-comum ou coiné para defender a tese de que Brasil e Portugal falam a mesma língua. Afirma o autor que enquanto que dialeto é uma variação regional da língua, de uso restrito, a língua-comum é o instrumento geral de comunicação, a todos inteligível, a todos dirigido, destinando-se a qualquer região, em qualquer tempo. É suprarregional e acrônica.

Porque a língua-comum se endereça a todos os indivíduos, de todas as regiões e de todos os grupos, aos homens de hoje e aos homens de amanhã, tem de ser clara, regulamentada, conservadora.

Portanto, a coiné se superpõe às variantes dialetais e grupais de uma língua, mas delas também se influencia, enriquecendo-se. Exerce, desse modo, ação sobre dialetos e gírias no sentido de uniformizá-los, no sentido de unificá-los, desfazendo-lhes as divergências e peculiaridades.

Então concluamos: duas regiões, dois países, dois agrupamentos de homens possuem a mesma língua quando sua coiné é a mesma. Para reforçar tal raciocínio, Melo (1981, p. 34) acrescenta: “Ora, a concretização da coiné é a língua escrita. Logo, se a língua escrita de dois povos é idêntica, mais precisamente, se uma mesma língua escrita é naturalmente compreendida por dois povos, estes falam a mesma língua”.

Até porque, se nos formos basear nas divergências dialetais para proclamarmos a a independência linguística, para fundamentarmos a existência da língua brasileira, então teremos levantado um problema sem resposta.

Sim, porque, se é verdade que o aspecto linguístico português não é inteiramente o mesmo que o brasileiro, é verdade também que a língua do Brasil não é sempre igual em toda a parte. O dialeto do Nordeste não é o mesmo do Rio de Janeiro e de diversas outras partes de nosso imenso país.

O filólogo Antônio Houaiss, em *O Português do Brasil*, afirma que aqueles que defendem a tese brasileiroista o fazem partindo do pressuposto de que a língua comum dos brasileiros, embora tenha sua fonte no português dito moderno, isto é, do século dezesseis para cá, mesmo sob o domínio da metrópole, aqui se teria modificado progressivamente, de modo que, hoje em dia, não haveria como desconhecer-lhe as características diferentes que apresenta e que, em conjunto, fazem bem denominar “língua brasileira” ou, mais concisamente, “brasileiro” à língua comum dos brasileiros.

Os defensores desta tese salientam, para isso, não os elementos que são comuns ao Brasil e a Portugal em matéria de língua, mas os diferenciais: diferenciais orais, semânticos, de frases e lexicais, sublinhando a toponímia e a antroponímia muito inovadoras, calcadas em boa parte em raízes não portuguesas. A crítica básica a esse critério de oposição é que se confere às diferenças um peso desproporcional, se comparado ao peso que se deveria dar às igualdades, como por exemplo, e mais uma vez, às palavras gramaticais e estruturas sintáticas comuns à língua de Portugal e à do Brasil.

Sem grandes rodeios, Houaiss (1984, p.9), antes mesmo de elencar mais argumentos, afirma que “nossa é a língua portuguesa, porque é de quem a fala a partir do seu nascimento – o que é dito como língua vernácula”.

O autor acrescenta que o português, por ser uma língua de cultura, isto é, uma língua de um povo que desenvolveu uma civilização de grande cultura e que criou uma literatura nessa língua, apresenta a possibilidade de escrever dezenas, centenas, milhares, milhões de frases em português que não têm geografia, isto é, servem para todos os que sabem ler o português, como se fossem eles mesmos os seus produtores.

Quanto à extensão do eixo geográfico, Houaiss considera que, no território brasileiro, há uma língua comum, que subsiste como tal para a imensa maioria da população, sem esquecer um considerável número de minorias linguísticas indígenas aqui conviventes. Mas, na prática, é a língua portuguesa a considerada vernácula – a que se aprende em casa a partir do

nascimento – para a grande maioria. Sob tal aspecto, Portugal apresenta uma unidade incomparavelmente maior.

Dessa forma, entre Brasil e Portugal há um vernáculo comum, o qual constitui uma unidade que convive com rica diversidade de unidades menores, todas intercomunicantes.

Uma imagem interessante lembrada por Houaiss (1984, pp.14-15) é a de que se costuma esquecer a natureza de uma língua de cultura como o português. Esta, e qualquer outra língua de cultura, no mundo atual,

tem a figura de uma pirâmide inserida em outra pirâmide cujos ápices apontam em sentido contrário; numa delas há, na base, os universos práticos de campanário, que se diversificam pela coloquialidade e dialectalidade oral, enquanto no seu ápice há a prática teórica da universalidade dos textos escritos científicos, lógicos, filosóficos, jurídicos, matemáticos e afins; entre a base e o ápice, há a prática oral ou escrita da expressão artística ou profissional que tende para a base ou tende para o ápice: vai-se (na base) da máxima diversidade tópica específica oral à (no ápice) máxima universalidade genérica escrita. Os usuários que estão na base dessa pirâmide, na máxima espontaneidade de seu falar oral, se diferenciam entre si segundo a distância geográfica, a atividade profissional, o afastamento de interesses e práticas de viver; os usuários que estão no ápice dessa pirâmide – pelo quase igual teor de sua culturalização gráfica – se entendem entre si de um modo quase comum ou mesmo comum: nesse nível, a língua de cultura portuguesa é universal para todos os que a aprenderam como língua de cultura, isto é, transmitida pelo aprendizado escolar (...). Nessa pirâmide, assim, há, na base, léxicos localistas e regras particularistas que se inserem em um sistema cujo coroamento se faz com um léxico e regras universais para todos os culturalizados numa fonia, que, no nosso caso, é a lusofonia.

Por esse raciocínio, percebe-se na postura de Graciliano Ramos, na escritura de **São Bernardo**, a produção de uma literatura brasileira, sem dúvida, mas de cor local e usando a língua portuguesa, com toda a sua gama de estruturas sintáticas e morfológicas e palavras gramaticais próprias da língua d'além mar.

3.1 Unidade lusófona

Também contrariando a discutida posição adotada por Graciliano Ramos, no artigo intitulado *Língua padrão, língua culta, língua literária e contrato de comunicação*, o professor Helênio Fonseca de Oliveira salienta a possibilidade de variação dentro da suposta unidade linguística. Destaca Oliveira (2004, p. 84) que “A língua varia, como é sabido, no tempo, no espaço geográfico, no espaço social e de uma situação comunicativa para outra. Existem, portanto, várias “línguas portuguesas”, cada uma das quais é uma **variedade** (grifo do autor) do português”.

Em outro artigo, Oliveira (2011) sustenta que, diante de duas variedades da mesma língua, poderíamos nos sentir tentados a considerá-las duas línguas de estruturas muito semelhantes. Mas isso só aconteceria se pensássemos nas variedades de uma língua em termos meramente estruturais, sem levarmos em consideração que falantes do português em Portugal e no Brasil, em geral, sentem-se membros de uma mesma comunidade linguística, usam o mesmo código na comunicação formal (a língua padrão), sobretudo na modalidade escrita e adotam, em princípio, o mesmo sistema ortográfico.

Assim é que o brasileiro que tenha certo grau de instrução e escolaridade utiliza na comunicação escrita formal a mesma variedade da língua portuguesa empregada por um cidadão português nas mesmas condições de escolaridade; ou seja, ambos utilizam a mesma variedade da língua, que é a sua forma padrão, representado membros de uma mesma comunidade linguística. Portanto, embora existam várias “línguas” portuguesas como códigos, há um e somente um português como instituição social.

Não se pode esquecer, entretanto, que, no rol dos argumentos a favor da tese das duas línguas, aparece o fato de se exibirem no Brasil filmes portugueses legendados. Entretanto, Oliveira (2011) sublinha a falta de relevância do critério de inteligibilidade oral mútua diante da evidência de que portugueses e brasileiros leem, sem necessidade de um dicionário bilíngue, livros, jornais, revista e outras mídias escritas no que se chama “língua portuguesa”. Além disso, a baixa perceptibilidade das vogais átonas do português europeu faz dele um código pouco inteligível para os que não o falam, sem que isso implique diferenças incontornáveis.

O autor lembra ainda a atuação de forças centrífugas, que contribuem para a diferenciação entre as variedades do português europeu e do brasileiro, e de forças centrípetas, que tendem para a manutenção das semelhanças. Entre as forças centrípetas estaria em destaque a ação da escola, fazendo prevalecer, neste momento, entre os brasileiros de maior escolaridade a noção de que se fala no Brasil a língua portuguesa.

4 AS VARIEDADES LITERÁRIAS DO IDIOMA

As variedades literárias do idioma se baseiam, normalmente, na língua padrão, ou seja, na variedade culta formal do idioma, usada sobretudo na modalidade escrita. No caso do Brasil, nem sempre tais variedades literárias correspondem estritamente à língua padrão. A língua

literária é, em princípio, a variedade padrão com tratamento artístico, mas pode dar-se o caso de ela se desviar do padrão, daí a necessidade de distinguir os dois conceitos.

Como resultado do abrigo dado à coloquialidade na literatura, praticado no Brasil desde o advento modernista de 1922, certas liberdades gramaticais que a comunidade sente como adequadas para um poema ou um conto não seriam consideradas adequadas em uma correspondência comercial ou em um relatório técnico. Isso se explica por meio do contrato de comunicação de cada gênero textual, ou seja, para cada gênero textual espera-se o emprego de dado registro linguístico.

Já no século dezenove, impulsionados pelo processo de independência política do Brasil diante de Portugal, escritores românticos expuseram um projeto de construção da língua brasileira. A literatura romântica buscou revelar a nacionalidade nascente através da forma e do conteúdo autenticamente nacionais em seus escritos. O resultado nos legou, principalmente, um amplo vocabulário de acento local, revelador da cultura dos trópicos.

No Modernismo, um século depois, os defensores da tese da língua brasileira voltam com carga total e de forma mais radical, mas essa tese não teve êxito político, no sentido de que não prevaleceu oficialmente. Em política linguística, as posições governamentais são decisivas. Em qualquer parte do mundo, o normal é que quem decida sobre o nome da língua do país seja o respectivo governo. Apesar da proposta político-linguística de Mário de Andrade – endossada por Graciliano Ramos – em favor do “brasileiro” como língua do Brasil e embora o projeto de Mário tenha obtido sucesso em outros aspectos, não teve êxito, porém, quanto à denominação da língua nacional.

Em contrapartida, o uso literário da língua escrita permite e até estimula a originalidade, ao contrário do seu emprego não literário, que prima pela padronização, daí ser bastante sensível na literatura um outro tipo de variação, a individual. É a isso que nos referimos quando falamos em estilo de um escritor.

Antes da revolução modernista, a expectativa dos usuários da língua, a que de modo geral os escritores correspondiam, era que a literatura fosse escrita na língua padrão. Foi a militância político-linguística de Mário de Andrade e de seus companheiros que mudou o contrato de comunicação da literatura no Brasil no que se refere à variação linguística: em textos literários o registro formal (língua padrão) deixou de ser obrigatório e tornou-se facultativo, passando a escolha da variedade linguística utilizada a obedecer às necessidades estilísticas do escritor.

É bem verdade que, hoje, o reduto da língua padrão é a prosa formal não literária, que assume a forma de cartas comerciais, textos didáticos, científicos, técnicos, burocráticos, jurídicos, notícias na mídia impressa etc.

5 Considerações finais

Como dito anteriormente, a língua varia no tempo, no espaço geográfico, no espaço social e conforme a situação comunicativa, ou seja, existem várias línguas portuguesas: o português que se fala no Norte não é idêntico ao do Sul do país, o português dos sujeitos cultos difere daquele dos menos instruídos, o usado em um artigo acadêmico do empregado na conversa do dia a dia e assim por diante. Cada uma dessas línguas é uma variedade do português.

Voltando à distinção entre dialeto e registro adotada por Halliday, a qual determina que as variedades quanto ao usuário da língua são os dialetos e as variedades quanto ao uso que se faz dela são os registros, podemos chegar à conclusão de que o dialeto pode ser geográfico, social, etário, de sexo etc. Já o registro, por depender da situação comunicativa, definirá a língua ultraformal, formal, semiformal e informal.

Conforme atesta o Professor Helênio da Fonseca, o português de Minas Gerais, do Ceará, do Rio Grande do Sul, de Lisboa, de Angola etc. são dialetos geográficos, linguagem culta e inculta são dialetos sociais. Linguagem dos adolescentes, dos adultos jovens, dos idosos etc. são dialetos etários. Português das mulheres e dos homens (existem diferenças de linguagem entre os dois sexos) são dialetos de sexo, e assim por diante. Diversos fatores podem influir na escolha do registro. Entre outros, podemos citar: o grau de formalismo da situação, a modalidade da língua (isto é, seu caráter escrito ou oral), o status do falante e do ouvinte etc. Dessa forma, podemos afirmar que no Brasil há dialetos.

Só poderíamos afirmar que no Brasil não há dialetos, se tomássemos o termo para designar línguas que, por contingências históricas, não atingiram o status de línguas nacionais, como o galego, o catalão e o basco (na Espanha), o guarani (no Paraguai), as línguas africanas, por exemplo.

O que, portanto, Graciliano se propôs a chamar de “brasileiro” no projeto estético de construção de um de seus romances de maior sucesso é o que, no presente trabalho, designamos como dialeto geográfico e social de determinada região do Brasil, sem abandonar,

contudo, a estrutura daquilo que se reconhece como língua portuguesa em seus diversos níveis. A mesma língua portuguesa falada aquém e além mar.

Não se pode ainda esquecer que o dialeto cristalizado por Graciliano em *São Bernardo* privilegia, na voz (e na mudez) de alguns personagens, o registro informal daqueles que, dentro de um regionalismo realista crítico, representam a camada marginalizada da sociedade capitalista.

Referências

ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: seleção de textos, notas, estudos biográficos, histórico e crítico* por João Lafetá. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1990.

HALLIDAY, M. A. K.; McINTOSH, Angus; STREVEENS, Peter. *As ciências linguísticas e o ensino de línguas*. Petrópolis: Vozes, 1974.

HOUAISS, Antônio. *O Português no Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade, 1984.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. “Língua padrão, língua culta, língua literária e contrato de comunicação”. *Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. 7 (10): 83-93. Rio de Janeiro. 2004.

_____. “Ortografia e unidade lusófona” – III SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA (SIMPÓSIO 21 – TERMINOLOGIA LINGUÍSTICA, ACORDO ORTOGRÁFICO E ENSINO DE PORTUGUÊS: SOLUÇÕES E PROBLEMAS). Macau, China, 2011. [no prelo]

RAMOS, Graciliano. *Cartas, Graciliano Ramos*. 7.ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

_____. *São Bernardo*. 66. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1981.

SILVEIRA, Sousa da. *Lições de Português*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960.

Carlos Mauricio da Cruz

Mestre em Língua Portuguesa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Graduado em Português Literaturas e Português Latim(UERJ). Professor de Português na rede privada de

ensino e como Regente de Sala de Leitura na rede pública do Rio de Janeiro. Email:
cruzcm@uol.com.br

*Enviado em 30 de dezembro de 2013.
Aceito em 15 de abril de 2014.*